

Ata da Reunião entre o Instituto Pereira Passos e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística sobre Aglomerados Subnormais no Censo 2010

Data da reunião: 29 de março de 2011.

Local: Sala Manuel Antônio (Anexa ao Auditório Teixeira de Freitas) – Centro de Documentação e Disseminação de Informações, situada na Rua General Canabarro, 706, bloco B – Térreo, Maracanã.

Participantes: representações da presidência, diretorias e corpo técnico do IBGE e da presidência, direção e corpo técnico do Instituto Pereira Passos

IBGE

Presidência: Sônia Val Dias e Lúcia Dourado

Diretoria de Geociências:

Gabinete: Luiz Paulo Souto Fortes e Elizabeth Linhares;

Coordenação de Geografia: Maria Luisa Gomes Castello Branco, Adma Hamam de Figueiredo, Claudio Stenner, Claudia Lelis Callado Anciães, Camilla Silva Motta dos Santos, Emílio Reguera Rua, Maria Amélia Vilanova Neta, Maurício Gonçalves e Silva, Schaiane Nogueira Ouverney Barroso

Coordenação de Estruturas Territoriais: Miriam Mattos da Silva Barbuda, Dulce Santoro Mendes, José Henrique da Silva

Coordenação de Cartografia: João Bosco de Azevedo

Centro de Documentação e Disseminação de Informações: David Wu Tai e Giovanna Altomare Catão

Coordenação Operacional dos Censos: Maria Vilma Salles Garcia, Wolney Cogoy de Menezes, Rodrigo Cotrim, Pedro Ivo Sales

Diretoria de Pesquisas: Ricardo Luiz Cardoso

Unidade Estadual do Rio de Janeiro: Romualdo Pereira Rezende, Antonio Jorge da Rocha Teixeira, Gerardo Magela

Instituto Pereira Passos – IPP

Ricardo Henriques (Presidência)
Fernando Cavallieri
Luiz Roberto Arueira
Adriano Reginaldo Alem
Leandro Gomes Souza
Adriana Mendes Vial
Sérgio Guimarães

Pauta da reunião:

- Introdução: Direção do IBGE e Presidência do IPP
- Apresentação geral da abordagem do IBGE quanto aos Aglomerados Subnormais (AGSN). Maria Luisa Gomes Castello Branco e Cláudio Stenner (IBGE/CGEO)
- Apresentação das áreas de AGSN pré-selecionadas no Rio de Janeiro para a coleta do Censo 2010. Cláudio Stenner.
- Apresentação do IPP sobre a Base de Dados Geoespaciais do Município: Ricardo Henriques (Presidente do IPP), Fernando Cavallieri (Diretor de Informações da Cidade), Luiz Roberto Arueira (Gerente de Geoprocessamento).
- Discussão sobre a cooperação IBGE e o IPP para atualização contínua da Base Territorial/Cadastro de Endereços.
- Debate para eventuais ajustes e consolidação da Base do IBGE com a do IPP sobre o tema AGSN.
- Conclusões e desdobramentos.

Apresentações

IBGE

- Luiz Paulo (Diretor da DGC) - apresentação geral da mesa e seus principais debatedores e palestrantes, assim como da pauta da reunião. Mencionou a importância da apresentação do tema aos 329 municípios onde o IBGE mapeou AGSN para a coleta do Censo 2010, com a finalidade de buscar o entendimento prévio para a divulgação dos resultados correspondentes. A reunião com o IPP representa a primeira destas reuniões.
- Maria Luisa Gomes Castello Branco (Coordenadora da CGEO) – expôs o histórico dos levantamentos realizados pelo IBGE sobre o tema desde a década de 1950.
- Cláudio Stenner (Gerente de projetos da CGEO) – apresentou a abordagem do IBGE no Censo 2010 sobre os aglomerados subnormais, abrangendo desde o aspecto conceitual atual, a metodologia do trabalho, critérios para levantamento de campo, e as bases para uma futura diferenciação classificatória. Destacou a aplicação de novas tecnologias como a interpretação de imagens para levantamentos preliminares e posteriores levantamentos de campo. Além disso, foram apresentados os aglomerados subnormais preliminarmente identificados, com sua respectiva nomenclatura, localização e delimitação, para o município do Rio de Janeiro.

IPP

- Ricardo Henriques - ressaltou o papel potencial do IPP como laboratório privilegiado para o IBGE e possibilidade de parceria formal (assinada através de alguma modalidade de convênio) entre os órgãos. Propôs ao IBGE o estabelecimento de uma discussão sobre os critérios de classificação de aglomerados subnormais, com base nos seis parâmetros utilizados no projeto (características do domicílio; serviços urbanos; padrões urbanísticos; características e localização da área; densidade de ocupação; e situação fundiária e legal);

- Fernando Cavallieri – apresentou informações sobre o trabalho conjunto realizado entre IPP e IBGE para a delimitação e identificação de aglomerados subnormais, bem como as diferenças encontradas entre os dois Institutos. Destacou que o resultado deste trabalho resultou em um aumento aparente de aglomerados subnormais que pode ser atribuído à melhoria nos processos de identificação das áreas, tanto por parte do IPP quanto do IBGE.
- Luiz Roberto Arueira – apresentou a Base de Dados Geoespaciais da Prefeitura do Rio de Janeiro e os sistemas de disseminação correspondentes, que incluem um portal que disponibiliza publicamente as informações (constituindo o armazém de dados do município). Mencionou que a implantação do Cadastro Técnico Multifinalitário do Município está prestes a ser iniciado e a formalização pela Prefeitura de compromisso para cobertura aerofotogramétrica anual do município.

Resultados e Desdobramentos

Resultados da comparação dos cadastros de Aglomerados Subnormais (IBGE) e Favelas (IPP)

- O IPP considera a existência de 1020 favelas no município do Rio de Janeiro ao passo que o IBGE tem cadastrados 868 aglomerados subnormais:
 - 797 áreas são idênticas (nome e perímetro);
 - 87 apresentam diferenças parciais de perímetro; para o IPP há 344 áreas de setores de aglomerados subnormais onde parte não é favela, ou de setores não especiais onde parte é favela, ou de duas favelas no mesmo setor;
 - 137 favelas no cadastro do IPP não foram consideradas pelo IBGE (ou seja, 13% em número de áreas, mas com baixa proporção de população);
 - Todos os aglomerados subnormais do IBGE são reconhecidos pelo IPP como favelas.

Desdobramentos

- O IBGE irá verificar e documentar os motivos, caso a caso, do não cadastramento pelo IBGE de 137 favelas, buscando uma solução consensual.
- Numa análise preliminar, 119 destas 137 áreas podem não ter sido cadastradas por não terem atingido o quantitativo mínimo de 51 domicílios (limite inferior utilizado pelo IBGE).
- Destas áreas, as 18 com maior número de domicílios (segundo o IPP) são prioritárias.
- Para as 87 áreas com diferenças parciais de perímetro, recomenda-se a avaliação caso a caso
- Para solução das diferenças, poderá ser avaliada a possibilidade de se mudar o tipo do setor (na BOG), mas não a sua subdivisão.
- Da mesma forma, será avaliada a possibilidade de se isolar os endereços de AGSN que estejam em setores normais (à semelhança do trabalho feito em São Paulo), de modo a oferecer os dados para o todo o aglomerado subnormal sem a necessidade de subdividir setores.
- O Supervisor da SBT da UE-RJ recebeu na reunião os arquivos do IPP que identificam as diferenças apontadas e irá dimensionar o trabalho a ser realizado que, em alguns casos, poderá implicar na necessidade de ida a campo. Preliminarmente, foi sinalizado que o trabalho transcorreria por todo o mês de abril.

- Detalhamento da proposta para estabelecimento de um acordo entre IPP e IBGE sobre temas relevantes para ambas as instituições, em especial aqueles relacionados à atualização da base territorial e do cadastro de endereços. Preliminarmente, os seguintes pontos foram mencionados na reunião:
 - Disponibilização ao IBGE das ortofotos adquiridas anualmente pelo IPP;
 - Confrontação entre o Cadastro de Endereços mantido pelo IBGE e o disponível no IPP, visando a contínua atualização de ambos;
 - Compartilhamento com o IPP do conhecimento existente no IBGE sobre infraestruturas de dados espaciais, tendo em vista a possibilidade de adesão do Município à Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais – INDE;
 - Interesse do IPP em aprofundar discussões com o IBGE em termos da produção de dados estatísticos.